

## **BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ASSENTAMENTO RURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR**

**Kélia da Silva Aires<sup>1</sup>**

**Debir Soares Gomes<sup>2</sup>**

**Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

O presente ensaio busca apresentar as contribuições da política pública Bolsa Família para as famílias beneficiárias do assentamento Nova Canaã situado em Quixeramobim - CE. O estudo insere-se nas atividades desenvolvidas junto ao Programa Residência Agrária, da Universidade Federal do Ceará, que utiliza as metodologias Pedagogia da Alternância e Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários - ADSA. Os dados obtidos referem-se ao levantamento realizado com trinta famílias selecionadas a partir da análise qualificada dos resultados parciais da metodologia ADSA. Dentre os resultados obtidos destacam-se o aumento na quantidade e no acesso aos alimentos, seguido da aquisição de outros bens e serviços.

**Palavras-chave:** Política Pública, Programa Bolsa Família, Assentamento Rural.

### **ABSTRACT**

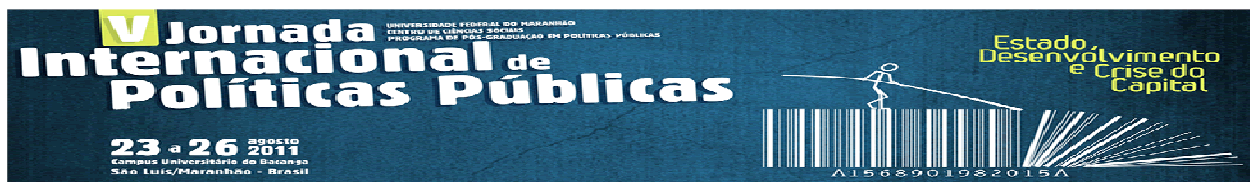
The present essay seeks to present the contributions of the Public Policy Bolsa Família for the beneficiary families of the settlement located in Nova Canaã Quixeramobim - CE. The survey is part of the activities developed by the Residência Agrária Program - Federal University of Ceará, which uses the methods of Alternation Education and Analysis of Agrarian Systems Diagnosis - ADSA. The data refer to the survey conducted with thirty households selected from the qualified analysis of the partial results of the ADSA methodology. Among the results highlight the increase in quantity and access to food, followed by the acquisition of other goods and services.

**Key-words:** Public Policy, Bolsa Família Program, Rural Settlement.

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Ceará (UECE). [keliaaires@yahoo.com.br](mailto:keliaaires@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Bacharel. Universidade Federal do Ceará (UECE). [debirgomes@yahoo.com.br](mailto:debirgomes@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Doutora. Universidade Federal do Ceará (UECE). [gemaesmeraldo@gmail.com](mailto:gemaesmeraldo@gmail.com)



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho configura-se como um recorte do estudo desenvolvido durante o Estágio de Vivência, realizado os anos de 2009 e 2010, junto ao Programa Residência Agrária (PRA) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e tem como objetivo explicitar a relação existente entre a agricultura familiar, a segurança alimentar e as políticas públicas, dando enfoque à realidade identificada no Assentamento Rural Nova Canaã, município de Quixeramobim, situado a 220 km de Fortaleza-CE.

A metodologia utilizada foi Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários - ADSA, essencial para o conhecimento de aspectos gerais e individuais das famílias em Nova Canaã. As famílias foram distribuídas em grupos sendo esta alocação intitulada pela Metodologia ADSA como pré-tipologias, levando em consideração fatores como: composição da renda, sistemas de produção que desempenhavam acesso à tecnologia, à água, e à mão de obra disponível. Depois da distribuição em grupos foram selecionadas 30 famílias pertencentes aos diferentes grupos, que tinham em comum o fato de serem beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Nas 30 famílias selecionadas foi aplicado um questionário que teve dentre os principais objetivos identificar o perfil das famílias beneficiárias, a utilização dos recursos do Programa Bolsa Família, a relação com a Segurança Alimentar e a opinião dos beneficiários acerca das condicionalidades que o Programa impõe.

## 2 A RELAÇÃO ENTRE SEGURANÇA ALIMENTAR, REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ

O Brasil segue uma tendência mundial em que se identifica uma maior pobreza e a maior carência nutricional no meio rural, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste. Nestas regiões, se concentram os maiores problemas relacionados ao acesso à alimentação, e são nelas aonde o meio rural está mais seriamente comprometido (MENEZES, 1998).

A agricultura familiar é grande aliada da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) já que é a grande responsável pela produção de alimentos que vão à mesa dos

brasileiros. De acordo com IBGE (2009) dados do Censo Agropecuário mostram que a agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel<sup>4</sup> de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, 21% do trigo.

No assentamento Nova Canaã identificou-se uma razoável variedade no consumo de alimentos. Dentre os mais consumidos estão, o feijão, o arroz, o milho, o leite, o peixe, a farinha, o biscoito e o café. Dentre eles, o arroz, a farinha, o biscoito e o café são adquiridos em Quixeramobim.

A produção no roçado para a maioria das famílias é de milho e feijão. O milho é utilizado para o consumo da família em sua forma natural e em preparações como canjica e mingau, além de ser bastante utilizado para complementar a alimentação animal, principalmente no período de verão, em que a quantidade de pasto disponível é reduzida. O feijão é a base da alimentação. É produzido para consumo da família e esporadicamente vendido fora do Assentamento. Porém não há uma organização voltada para a venda coletiva deste produto sendo o mesmo comercializado individualmente.

Embora muitos reconheçam a importância do consumo de verduras, durante a aplicação dos questionários, quase não houve relatos de consumo deste alimento dentre os hábitos alimentares dos entrevistados. As famílias alegam que não costumam fazer parte das prioridades de gastos com alimentação, pois são caras, dando assim maior preferência na compra de alimentos que oferecem maior saciedade como o arroz, o macarrão e a massa de trigo para fazer pães e bolos.

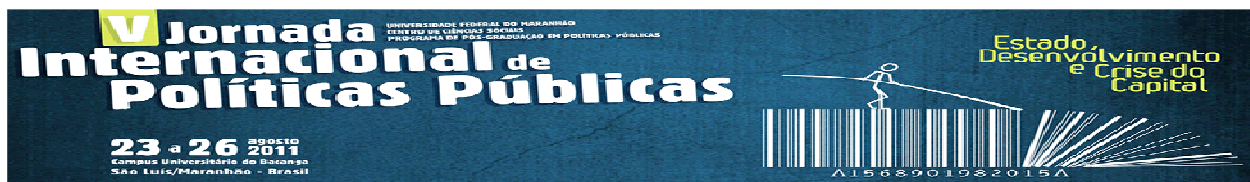
Foi identificada a existência de frutas como acerola, banana e mamão e de ervas medicinais destinadas ao consumo na forma de chás, todos exclusivos para o consumo da família. Também, nos quintais de algumas residências, verificou-se a criação de galinhas que fornecem ovos para o consumo familiar e sua carne é, esporadicamente, servida.

Faz parte dos hábitos alimentares, das famílias entrevistadas, o consumo do leite. A pequena quantidade de animais faz com que a produção de leite seja, principalmente, destinada ao consumo da família, havendo, em determinados casos, a venda do leite.

Mesmo que, a produção de boa parte dos alimentos, seja consumido pelas famílias, o risco de Insegurança Alimentar é identificado em grande parte das famílias

---

<sup>4</sup> Lote de animais, especialmente bovinos e eqüinos, reservados para a reprodução.



entrevistadas. As inúmeras estratégias adotadas mostram o grau de resistência que homens e mulheres enfrentam todos os dias em busca de uma vida digna. Porém percebe-se a fragilidade destas estratégias diante da falta de recursos e organização para produção e comercialização.

## 2.1 O Programa Bolsa Família como aliado na promoção da Segurança Alimentar

A primeira experiência em nível nacional de instituição de um programa de transferência de renda foi o Bolsa Escola, criado em 1996. Outras experiências em nível municipal já haviam sido implementadas, porém foi somente na segunda metade dos anos 90 que esse tipo de política social ganhou espaço. Em 2004 com o objetivo de melhorar a intersectorialidade das ações governamentais de combate à fome e desigualdades sociais foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Iniciou-se um processo de “migração” dos beneficiários de antigos programas de transferência de renda (Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, e Cartão Alimentação) que eram coordenados pelos ministérios de Minas e Energias, da Educação, da Saúde, e Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome, respectivamente para o atual Programa Bolsa Família (SANTANA, 2007).

De acordo com o Artigo 4º da Lei 5.209 de 17 de setembro de 2004, dos objetivos básicos do Programa Bolsa Família destacam-se:

[...]promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza e promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004).

Conforme a Declaração final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional elaborada em 2007, desde a incorporação política da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada na agenda pública no Brasil, com a recriação e consolidação dos CONSEA's, vários indicadores mostram ter havido significativa redução na pobreza e nos índices de fome e desnutrição, com melhoria no acesso à alimentação.

Para isso, foram fundamentais as políticas sociais de transferência de renda e proteção social (Bolsa Família, BPC e Previdência Rural), a recuperação do emprego e do valor do salário mínimo, entre outros. O resultado esperado pelo programa é que essas transferências de renda impactem positiva e significativamente nas despesas com consumo alimentar das famílias beneficiadas.

Neste sentido, o Bolsa Família assume papel ainda mais expressivo já que a ampliação do acesso a este benefício realizada nos últimos anos propiciou maior ingresso por parte de famílias residentes nas áreas rurais mais carentes. (DUARTE; SAMPAIO. B.; SAMPAIO. Y., 2007).

Na realidade do assentamento Nova Canaã, percebe-se visivelmente o impacto do benefício Programa Bolsa Família nas despesas com o consumo alimentar e na constituição da renda das famílias entrevistadas. Para a composição da renda das famílias, foi realizada uma subdivisão desta em duas modalidades: a renda fixa proveniente do recebimento do benefício Bolsa Família, aposentadorias, salários, pensões e comércio<sup>5</sup>; e a renda não fixa, proveniente das atividades de agricultura, venda do leite, ajuda de parentes, trabalho em diárias.

Constatou-se que ambas as rendas, possuem grande importância para a promoção da Segurança Alimentar das famílias. Porém, a renda fixa é apontada pelos entrevistados como a principal responsável pelos gastos fixos das famílias como a compra de alimentos não produzidos no assentamento, o pagamento da conta de energia, os gastos emergenciais com medicamentos, entre outros. Como o Programa Bolsa Família está incluso na modalidade de renda fixa foi feita uma análise dos dados obtidos baseados principalmente neste tipo de renda.

Em 66 % dos casos entrevistados, o Bolsa Família é a principal renda fixa que as famílias possuem. Isso significa que 20 dos 30 entrevistados afirmam ser o Bolsa Família a principal fonte de renda familiar. Quanto à utilização dos recursos advindos do Programa Bolsa Família, pôde-se perceber que, todas as famílias os utilizam para a aquisição de alimentos, sendo a principal forma de aquisição de alimentos, com exceção daqueles provenientes das atividades de agricultura, ajuda de parentes, venda do leite, trabalho em diárias e recebimento de outras rendas como aposentadoria e pensões.

---

<sup>5</sup> A atividade de comércio foi classificada como renda fixa, pois os entrevistados informaram que esta lhes confere mais segurança quando comparada à atividade de agricultura.

Esse dado coincide com o perfil nacional identificado na pesquisa do IBASE que aponta que 87% dos beneficiários do Programa utilizam o recurso para a alimentação, chegando essa porcentagem no Nordeste a atingir 91% dos beneficiários. Um dado relevante é que as famílias que tem o Bolsa Família como única fonte de renda fixa são as mais sujeitas a Insegurança Alimentar, o que torna este benefício indispensável para a manutenção da família. Estas costumam utilizar o recurso somente com alimentação e constituem a maioria dos entrevistados em Nova Canaã.

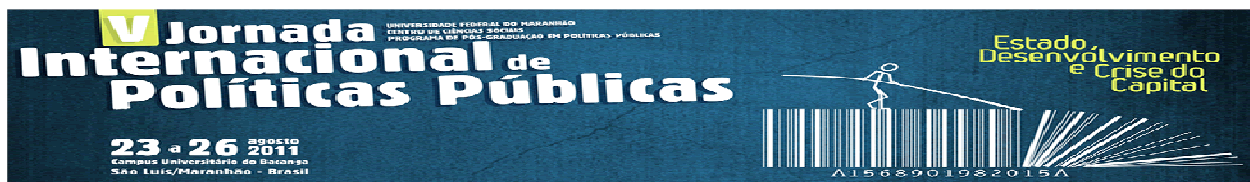
Esse dado reafirma os resultados apresentados pela pesquisa do IBASE ao apontar que, quanto mais pobre é a família, maior é o gasto com alimentação. A importância do Bolsa Família para a manutenção de determinadas famílias em Nova Canaã é expressa na fala da Dona Zilma que recebe R\$ 130,00 e utiliza o dinheiro para alimentar os seus sete filhos pequenos.

*O valor do último Bolsa Família eu gastei tudo com comida pra esses meninos comer, eles gostam muito do leite, mas nós só temos uma vacinha e não dá muito leite pra todo mundo[...] se não fosse esse Bolsa Família o que era da gente, principalmente morando aqui dentro, isso é uma benção e melhor ainda que no nosso nome a gente pode escolher mais o que comer ...nem aqui eu tava se não fosse esse dinheiro ia ter que tá por aí trabalhando, mesmo sendo cheia de menino pra cuidar Dona Zilma, 46 anos mãe de 7 filhos*

Seguindo a tendência nacional apontada pelo IBASE, em Nova Canaã, além dos gastos com alimentação o benefício também costuma ser utilizado para o pagamento de contas de luz, gás, material escolar e outros como roupas e calçados, sendo os dois últimos menos relatados pelos beneficiários entrevistados.

Quanto a uma possível mudança de hábitos alimentares depois da inserção das famílias no Programa, percebeu-se que as mudanças foram relacionadas, principalmente, à quantidade de alimentos consumidos e menos à adoção de alimentos antes não consumidos. Todas as famílias afirmaram que houve aumento na quantidade de alimentos que as famílias conseguem consumir após a inserção no Programa.

Quando questionados acerca das mudanças proporcionadas pelo Programa para a aquisição de alimentos, 83% dos beneficiários afirmaram que houve melhora significativa na alimentação da família, e apenas 17% afirmaram que melhorou pouco.



Estas últimas fazem parte do grupo que recebem os menores valores e afirmam que o valor recebido ajuda, mas ainda é pouco diante dos altos preços dos alimentos.

Em relação ao caráter mais subjetivo que envolve o recebimento do Bolsa Família, este significa para seus beneficiários mais que acesso regular a alimentos. Dentre os vários depoimentos colhidos identificou-se um valor que transcende a questão financeira. Os beneficiários descreveram com firmeza e simplicidade que o valor mensal trouxe mais que o alimento para a mesa, trouxe credibilidade financeira dentro e fora do Assentamento e estabilidade financeira para as famílias.

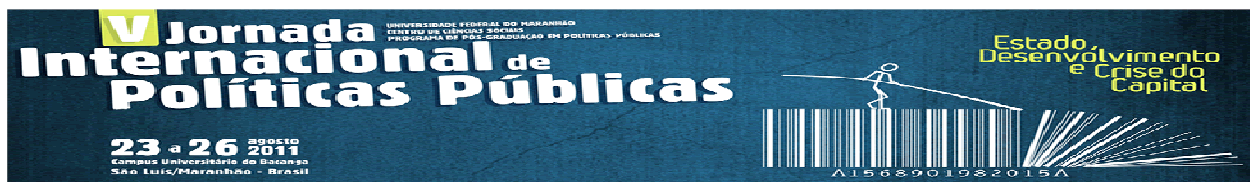
### 3. CONCLUSÃO

A principal característica das políticas públicas de proteção social no Brasil é a falta de compatibilidade entre os ajustes estruturais da economia seguindo as tendências internacionais e os investimentos sociais do Estado para a garantia dos direitos sociais. Nessa ordem o pensamento neoliberal até que concebe a necessidade de prestar ajuda aos pobres, mas possui enormes dificuldades em reconhecer as políticas públicas como um direito humano (ZIMMERMANN, 2006).

Em função disso, o princípio das políticas de proteção social obedece muito mais ao discurso humanitário que ao da beneficência. Essa lógica que subordinou políticas sociais aos ajustes econômicos e às regras de mercado adaptou para a política social brasileira um perfil despolitizado e filantropizado, que possui como principais características a precariedade e intermitência das ações.

Contudo, as políticas públicas vêm evoluindo ao longo da última década, principalmente com o último governo que permite constatar a continuidade de algumas políticas voltadas para fortalecerem os agricultores familiares, bem como o fortalecimento de políticas social e territorial, expressas na “reativação da preocupação territorial, ampliação e integração das políticas sociais de combate à pobreza”, como o Bolsa Família, e a “diversificação das linhas de crédito destinadas às famílias rurais” (BONNAL E MALUF, 2009, p. 86).

Perceber o quanto o acesso à políticas públicas representa economicamente e subjetivamente para as famílias do campo, é compreender que o crescimento econômico deve ser pensado junto com o desenvolvimento social e que, do ponto de



vista das políticas públicas, o Programa Bolsa Família é importante para melhorar as condições de vida das famílias, embora, por si só, não garanta índices satisfatórios de segurança alimentar, questão associada a um quadro de pobreza mais amplo.

Faz-se necessário manter e aprofundar o programa, correlacionando-o a outras políticas públicas capazes de investir contra problemas que tem relação com a insegurança alimentar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE,2009. Senso Agropecuário. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2010.

MENEZES, F. **Panorama atual da Segurança Alimentar no Brasil**. IBASE,1998. Disponível em: < <http://pagesperso-orange.fr/amar-bresil/documents/secual/san.html>>. Acesso em: 25 mai. 2010.

SANTANA, J. À. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**, 2007. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07\\_1019.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07_1019.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2010.

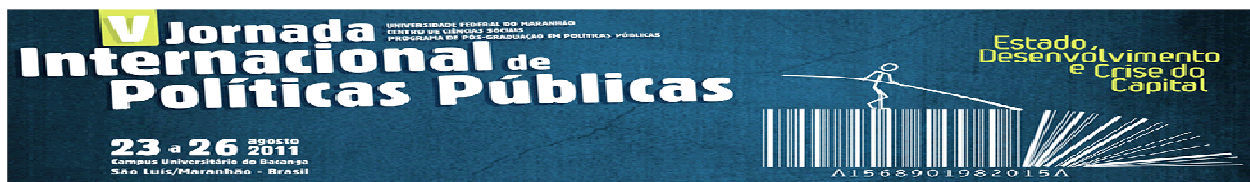
ZIMMERMANN, C. R. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil**. 2006. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452006000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452006000100009&script=sci_arttext)>. Acesso em: 22 mai. 2010.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. *In*: CAZELLA, A. A; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (Org). **Agricultura familiar multifuncionalidade e desenvolvimento territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. **Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm)>. Acesso em: 11 mar. 2010.

CONSEA. **III Conferência Nacional de Segurança alimentar e Nutricional** - Documento Base, Brasília. 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea/>>





3conferencia/Static/Documentos/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Final.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2010.

MDS. Programa Bolsa Família: orientações para o Ministério Público. Brasília, 2005. 54 p. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu\\_superior/manuais-e-publicacoes-1/bolsa\\_familia-livro.pdf/view](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1/bolsa_familia-livro.pdf/view)>. Acesso em: 08 jun. 2010.

IBASE. Repercussões do Programa Bolsa Família para a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas. Documento Síntese. 2008. Disponível em <[http://www.ibase.br/userimages/ibase\\_bf\\_sintese\\_site.pdf](http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf)>. Acesso em 25/04/2010.

DUARTE, G. B., SAMPAIO, B., SAMPAIO Y. **Impactos do programa bolsa família sobre os gastos com alimentos de famílias rurais.** 2007. Disponível em: <<http://www.bancodonordeste.gov.br/content/aplicacao/Eventos/ForumBNB2007/docs/impactos-do-programa.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2010.